

Fronteiras femininas: experiências, emoções e resistências das mulheres que partem e das que esperam em processos da emigração galega ao Rio de Janeiro (1940-1970)

Érica Sarmiento [*,**]

[*] Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: erisarmiento@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6133-4328>

[**] O artigo faz parte do projeto I+D+i de Generación de Conocimiento: PID2021-127839OB-I00. “Asistir al emigrante es proteger la nación: políticas públicas y asistencialismo privado en la diáspora española hacia América 1907-1960 (Argentina, Brasil, Chile y México)”. Financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/ y “FEDER. Una manera de hacer Europa”. Também se relaciona aos projetos “Associativismo migrante e memórias da Segunda Imigração espanhola no Rio de Janeiro (1950-1970): tecido associativo e história oral da última geração” (Faperj) e “Associativismo espanhol na Segunda Imigração: continuidade, representação, trajetórias de vida e memórias na Casa de Espanha do Rio de Janeiro” (CNPq) e Prociência Uerj.

Resumo: A partir da história de duas mulheres, uma que emigra para o Rio de Janeiro e outra que permanece na Galícia, analisaremos as emoções experienciadas e vividas como representação dos processos migratórios femininos. Baseando-nos na história oral, nos documentos familiares, recuperaremos as narrativas dessas mulheres, suas memórias e sentimentos que envolvem desejo ora de liberdade, angústia, repressão, solidão, ora de esperança. Ambas, apesar de se encontrarem em espaços geográficos diferentes, sofreram a cultura de um patriarcado, foram privadas de decisões, tanto no partir para outras terras, quanto no permanecer no lugar de origem, mas, também buscaram, em seu cotidiano, estratégias de sobrevivência em suas fronteiras femininas. Utilizaremos o conceito de comunidades emocionais de Barbara H. Rosenwein para compreender as mulheres migrantes dentro de grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções.

Palavras-chave: Mulheres; Imigrantes galegas; Experiências.

Feminine frontiers: experiences, emoticons and resistances of women who leave and those who wait in the process of galician emigration to Rio de Janeiro (1940-1970)

Abstract: Based on the stories of two women, one who emigrated to Rio de Janeiro and the other who remained in Galicia, we will analyze the emotions experienced and lived as a representation of women's migratory processes. Based on oral history and family documents, we will recover the narratives of these women, their memories and feelings that involve a desire for freedom, anguish, repression, loneliness and hope. Both women, despite being in different geographical spaces, suffered the culture of a patriarchy, were deprived of decisions, both in leaving for other lands and in remaining in their place of origin, but they also sought, in their daily lives, survival strategies in their feminine frontiers. We will use Barbara H. Rosenwein's concept of emotional communities to understand migrant women within social groups whose members adhere to the same values about emotions.

Keywords: Women; Galician immigrants; Experiences.

Introdução

O artigo objetiva refletir sobre a experiência migratória, direta e indireta, de duas mulheres originárias da Galícia. Uma delas, Julia Alonso Fernández, partiu com a filha para o Rio de Janeiro em 1952, após a chamada do marido, deixando seus familiares, sua casa e retornando para sua terra natal somente 35 anos depois, quando seus pais já haviam falecido. A outra mulher, Albina Costa Vieites, vivenciou a emigração transatlântica para o Brasil de forma indireta, permanecendo sempre na aldeia de origem da família, enquanto o marido e, posteriormente, o filho, cumpriam o projeto migratório familiar na cidade do Rio de Janeiro.

Antes de contextualizarmos a história das protagonistas, vale ressaltar que elas, como fontes históricas, fazem parte de uma pesquisa de longa data da autora do artigo sobre imigração galega no Rio de Janeiro – que ocorre desde os primeiros anos do século XXI. A relação com as fontes se deu, assim, com base em pesquisas de campo realizadas no Rio de Janeiro e na Galícia, *in loco*, com Julia Alonso Fernández (no Rio de Janeiro) e com Albina Mouro, neta de Albina Costa Vieites (em Santa Comba, na Galícia), que ce- deu cartas, documentos, fotos, em suma, um valioso acervo que contribuiu para preen- cher uma lacuna quanto à história das mulheres galegas, casadas com migrantes, mas que não participaram da migração diretamente. Dessa forma, a pesquisa se direcionou para o recorte de gênero, privilegiando as mulheres galegas, como veremos no decorrer do tex- to, invisibilizadas, assim como as migrações femininas de forma geral, ao longo dos pro- cessos migratórios.

Com base em uma definição larga e inclusiva do conceito de emoções que, como argu- menta Alain Corbin, englobaria amplamente o continente dos afetos, sentimentos e cultu- ras sensíveis (Corbin, Courtine, Vigarello, 2017, p. 7), objetivamos estudar o caso de duas mulheres, as redes sociais que as circundaram e as esferas culturais em ambos os lados do Atlântico. Outrossim, nos apropriaremos do conceito de Barbara H. Rosenwein “comuni- dades emocionais” para compreender as emoções dessas mulheres migrantes dentro de grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e sua forma de expressão (Rosenwein, 2011b, p. 7). Ou seja, as protagonistas pertencem a sociedades ocidentais rurais, brancas, do Norte Global, católicas, cujo domínio pertence aos homens que, em teoria, decidem o destino de suas mulheres, especialmente quando o tema é migrar ou ficar na sociedade de origem.

Essa reflexão cruzada, transitando entre dois continentes, se concentrará na dimen- são coletiva das emoções (Bernabéu; Langue, 2011). Baseia-se na ideia de que as emoções não são apenas fenômenos psicológicos ligados a uma abordagem introspectiva, mas também se configuram como fatos “sociais”, no sentido de que motivam o comportamen-

to e também constituem um elemento-chave na socialização, desempenhando papel proeminente nas relações sociais, como coesão, solidariedade, amizade, mas também exclusão, hierarquia ou antagonismo (Deluermoz; Fureix; Mazurel; Oualdi, 2013, p. 11). Em outras palavras, os sentimentos serão analisados não tanto como fenômenos psicológicos, mas como realidades sociais e culturais (Illouz, 2006, p. 15; Kaufmann; Queré, 2020). O contexto sociocultural também pode influenciar a forma como as emoções, uma vez geradas, são reguladas e expressas socialmente. Com efeito, cada cultura parece possuir uma série de “regras sociais” relativas à reação ou à demonstração de emoções, as quais especificam “quem” pode mostrar uma emoção, “qual” emoção, “a quem”, “como” e “quando”. Essas regras influenciam o “resultado observável” das emoções nos comportamentos e expressões das pessoas (Dias; Cruz; Fonseca, 2008, p. 22). Outrossim, se compreende a vida dessas mulheres a partir da perspectiva das migrações transnacionais, ou transmigrações, ou seja, o migrante não rompe suas relações culturais, sociais, econômicas ou familiares com seu país de origem e interliga essas relações com a nova sociedade receptora. A visão transnacionalista das migrações parte do princípio de que quem migra mantém sempre um vínculo com seu local ou região de origem (Portes, 2004), como é, especialmente, o caso da galega Albina.

Por último, a compreensão de fronteira¹ que utilizamos remete não só ao sentido tradicional de fronteira, como um espaço físico, uma delimitação político-territorial do Estado, mas também, de forma metafórica como uma demarcação tênue perpassada por emoções e resistências, e que é percorrida por essas mulheres, nos dois lados do Atlântico. Julia e Albina e as fronteiras femininas desejam ser reconhecidas, respeitadas em seus valores e forma de vida, e a fronteira implica nisso, no reconhecimento do outro. Levando em consideração que a Espanha e o Brasil não são estados fronteiriços, a proposta do transnacional ganha ainda mais força, analisando os vínculos familiares, afetivos e as obrigações mantidas entre as sociedades. Dessa forma, surge a seguinte questão: como essas galegas conseguiram criar suas próprias fronteiras em meio a sociedades patriarcais ocidentais?

¹ Trabalhamos com a teórica de fronteiras, intelectual mexicana, Roxana Ortiz, com a seguinte definição: “*Cuando se habla de frontera (cualquier que sea) indudablemente se habla también del otro, ya sea para negarlo, para excluirlo, para explotarlo, para reconocerlo o para reivindicarlo. El otro tiene varias acepciones que están marcadas por la lengua, el género, la raza, la etnia, la religión, la cultura y, sobre todo, por el reconocimiento que el Estado (y las instituciones) le otorgan a las comunidades (reconocimiento que les permite contar o no con derechos y privilegios dentro de un marco legal, ya sea este regido por el Estado de derecho o por el Estado de bienestar (seguridad social, jubilación, beneficios médicos, etc.)*” (Ortiz, 2011, p. 12).

Julia e Albina, a mulher que parte e a que espera

É reconhecida pela historiografia das migrações a importância quantitativa e qualitativa do fluxo migratório galego na cidade do Rio de Janeiro, iniciado na segunda metade do século XIX, com intervalos nos períodos das grandes guerras na Europa, abarcando a primeira metade do século XX, e a retomada do fluxo no final dos anos de 1940, indo até a década de 1960. No entanto, não pretendemos aqui dissertar sobre os galegos no Rio de Janeiro mas sim, com base no potencial de renovação que os conceitos e métodos da história das emoções oferecem, contribuir para o estudo do tema, particularmente no que se refere às mulheres, ampliando sua visibilidade. Essa abordagem permitirá compreender melhor como “modos de pensar”, “modos de sentir” e “modos de agir” estão entrelaçados nessas relações sociais, com base no embate entre o universo feminino e masculino nas migrações. Vale ressaltar que, na imigração galega para o Rio de Janeiro, no período da Grande Imigração (1880-1930), a participação de mulheres atingiu somente 12%, devido a fatores que envolviam desde o perigo das viagens e a nova vida num país desconhecido até a condição de subordinação da mulher, dependente da autorização masculina para empreender uma viagem (Sarmiento, 2017). Para o período da Segunda Imigração, que compreende os anos de 1950 a 1970, ainda não existem estudos que quantifiquem a imigração espanhola/galega no Rio de Janeiro, mas algumas pesquisas que tratam da imigração espanhola, em geral, demonstram o crescimento das migrações femininas no período do pós-guerra, devido às novas políticas entre a Espanha e os países da América do Sul receptores dessa coletividade, como foram os casos do Brasil e da Argentina (Devoto, 2003; Carrero, 2016).

Dentro desse contexto das vivências de Julia e Albina, nos anos posteriores à Segunda Guerra, a emigração espanhola (e galega) teve uma significativa redução em seu fluxo. Além da conjuntura internacional descrita, a Espanha viveu uma guerra civil (1936-1939) e, conseqüentemente, a chegada de uma ditadura de cunho fascista, que levaria quase quatro décadas no poder (1939-1975), findando junto com seu próprio ditador, Francisco Franco.

Em 1952, no contexto do pós-Segunda Guerra, criou-se o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (Cime). A finalidade do Comitê era, por um lado, contribuir para resolver o problema do excesso de população e de refugiados da guerra na Europa, assegurando o transporte dos emigrantes que não tiveram meios para se transladar e garantindo, também, sua inserção no país de destino. Por outro lado, buscava fomentar o progresso econômico e social dos países latino-americanos que careciam de mão de obra qualificada e de profissionais para fortalecer seu processo de desenvolvimento (Gimenez, 2012, p. 124). O Cime também colaborou de maneira indireta com o chamado Plano de Reagrupação familiar, cuja execução foi assumida pela Comissão Católica Espanhola de Migração (CCEM), fundada em 1954. A CCEM, além de participar do Plano de Reagrupamento Familiar, outorgou

subvenções a sacerdotes e religiosos que desejavam desenvolver seu trabalho pastoral na América, assistiu aos refugiados e concedeu empréstimos de viagem para emigrantes necessitados, a maioria deles encaminhados para o Brasil. E foi no ensejo dessas políticas migratórias entre Estados que muitas mulheres galegas passaram a emigrar.

Primeiramente, para melhor compreensão da proposta que desejo desenvolver ao longo do texto, considero importante explicar a divisão entre a mulher que permanece e a mulher que parte, porém, ambas partícipes do processo migratório. É mister compreender que a presença da mulher galega na imigração não se limita somente ao deslocamento, ao partir e deixar o lugar de origem, ela é muito mais ampla. Mais do que deixar suas terras em busca de novos horizontes, as galegas também participaram indiretamente da imigração, permanecendo nos seus lugares de origem, esperando o retorno do marido ou do familiar que um dia partiu. A Galícia, dessa forma, se transforma numa espécie de “matriarcado forçado”, lugar das chamadas “viúvas de vivo”,² que esperam pelo retorno dos seus parentes. Contudo, queremos ressaltar que o papel das mulheres também se constituiu em foco de resistência, por meio de ações que levaram adiante e fortaleceram a economia familiar e a preservação dos espaços de origem. Não foram somente viúvas esquecidas à espera do retorno de seus familiares, elas reinventaram seu cotidiano e driblaram obstáculos em uma sociedade camponesa, resistindo às intempéries, ao preconceito e às limitações impostas a elas.

Durante muitos anos, as mulheres foram relegadas a um segundo plano nos estudos migratórios, sujeitas a uma invisibilidade que não é compatível com sua participação ativa (mesmo que não seja majoritária no que diz respeito a dados quantitativos) nos processos migratórios. Em parte, essa ausência se deve ao fato de a imigração feminina estar vinculada às condições e características da masculina e também da sociedade de origem.

O modelo de imigração galega divide o espaço doméstico em dois grupos: os pais e esposas dos imigrantes, que permaneciam nas aldeias e os filhos e os maridos que iam para as Américas. Essa estrutura demográfica favorecia os retornos temporários ou definitivos nos fluxos migratórios. Os homens imigravam e deixavam suas terras aos cuidados das esposas e do núcleo familiar, que permaneciam, dessa forma, como uma garantia no caso de um possível fracasso migratório. Conservar ou adquirir propriedades no lugar de origem significava a intenção de um futuro retorno ou de aumento do patrimônio com os recursos que angariassem nas Américas (Villares; Santiago, 1996).

É justamente a partir dessa realidade galega, em que muitos imigrantes continuavam mantendo vínculos com seu local de origem, por intermédio da família e das propriedades de terra, que dividimos a imigração das mulheres galegas em dois grupos: as que participa-

² Expressão da poetisa galega Rosália de Castro utilizada na sua obra *Follas novas*.

vam indiretamente do fenômeno imigratório, desde a sociedade de origem, e aquelas que emigraram, que cruzaram o Atlântico com destino ao Brasil.

No caso de Julia Alonso Fernández, a mulher que emigrou, reclamada por seu marido, deixa sua aldeia, o amparo da família, rumo a um país completamente desconhecido, pois deveria cumprir com suas obrigações de esposa. Alguns anos depois, no Rio de Janeiro, após viver um casamento conflitivo, encontra-se sozinha, ela e a filha, devido ao desaparecimento do cônjuge.³ Ambas as mulheres, Julia e Albina, viveram experiências traumáticas vinculadas às migrações e aos seus maridos, cercadas de medo e de solidão. O controle moral do marido sobre uma (Albina), e o desamparo do cônjuge à outra (Julia), fizeram delas mulheres que necessitaram responder, seja por atitudes ou por palavras, às violências sofridas.

Para analisar a história das duas galegas, partimos da ideia de que as emoções não são apenas fenômenos psicológicos ligados a uma abordagem introspectiva. Elas também são “sociais” no sentido de que motivam nossos comportamentos e, também, constituem um elemento-chave de socialização ao desempenharem papéis muito importantes nas relações sociais, tais como coesão, solidariedade, amizade, mas também exclusão, hierarquia ou antagonismo (Deluermoz; Fureix; Mazurel; Oualdi, 2013, p. 11). Em outras palavras, os sentimentos são tanto fenômenos psicológicos quanto realidades sociais e culturais (Illouz, 2006, p. 15; Kaufmann; Queré, 2020). Dessa forma, as histórias de Julia e Albina estão marcadas por sinais de violência, medo, resistência, hierarquia e exclusão, vividas por elas, cada uma em seu espaço geográfico.

Torna-se importante explorar as dimensões humanas das protagonistas como a dor e o sofrimento, a ansiedade diante de mudanças, em contextos históricos particularmente propícios a essas emoções, alimentados pelo movimento migratório, tanto daquelas que emigram como das que vivem em função dos que emigram, de seus pais, filhos, irmãos, transformando seu tempo numa longa espera acompanhada pela solidão. Essas fronteiras femininas obstaculizam a vida de ambas as mulheres, ao mesmo tempo que as tornam resistentes em seus territórios, pois a fronteira é o outro/outra muitas vezes excluído em sua totalidade, em sua diversidade. Por um lado, encontram-se as fronteiras físicas separando-as de suas famílias, e, por outro, as fronteiras morais que as absorvem, impedindo-as de viverem livremente, obrigando-as a buscarem estratégias de sobrevivência, pelo fato de estarem em uma sociedade patriarcal e machista.

A sociedade patriarcal impõe muitas censuras, racismos e violências que vêm à tona em situações de submissão e mando. As mulheres estão, simultaneamente, na linha de frente

³ O marido de Julia Alonso Fernández não retorna à casa. A emigrante o reencontra anos depois, quando a filha já está casada e com três filhos. O homem retorna com câncer em estado terminal e vem a falecer na casa da filha. A causa da desapareção sempre foi um mistério para a família.

da violência e da resistência. E as migrações femininas não fogem à regra. Utilizamos o conceito de patriarcado para explicar as relações de poder e a subordinação das mulheres, embora sob perspectivas diferentes. O conceito é aqui entendido, em termos gerais, como uma formação social em que “o poder pertence aos homens”, ou seja, é um sistema de dominação e opressão masculina das mulheres (Piscitelli, 2008, p. 263-274). Vale ressaltar que as relações de gênero patriarcais são o epicentro da violência em geral e que há um esquema para sua compreensão. A sustentação dessa afirmação está na análise dos processos de produção da violência que resultam de um mundo no qual o valor das pessoas é desigual. Tal desigualdade começa no universo familiar e é a violência moral aí onipresente, considerada normal e naturalizada, a argamassa que mantém o sistema hierárquico, reproduzindo-o num tempo de tão longa duração que se confunde com a história da própria espécie. A célula elementar das relações violentas, portanto, são as relações de gênero por serem o protótipo das relações hierárquicas – embora quem subjugue e quem é subjugado possa, em outras situações, também receber as marcas de raça, idade, classe social, etnia, nação ou região (Almeida, 2004, p. 236). Dessa forma, compreenderemos os medos e as resistências de Albina e Julia a partir das suas vivências e da submissão de seus comportamentos – e até de suas emoções – em uma sociedade patriarcal de longa duração e que, por isso, sobrevive muito além do seu tempo e dos seus espaços geográficos. Vale ressaltar que, apesar do modelo de sociedades patriarcais (no caso, Espanha e Brasil), não devemos reduzir o papel dessas mulheres ao de vítimas, pois como veremos, elas não sucumbiram diante das dificuldades e buscaram formas de contestar o poder masculino.

Para construir essas narrativas, serão utilizados diferentes tipos de fontes, em particular o cruzamento entre as fontes textuais presentes nos arquivos familiares das protagonistas, como cartas e entrevistas e relatos orais, que permitirão multiplicar e diversificar os ângulos de abordagem, ao mesmo tempo em que possibilitarão compreender melhor as relações entre a expressão (escrita) dos efeitos e sua representação.

Na Galícia, perseverança e permanência das mulheres: o caso de Albina Costa Vieites

No século XIX e começos do século XX, a participação da mulher galega na imigração transoceânica foi inferior à média espanhola. Isso deveu-se, em parte, à ausência de uma emigração familiar, comum a outras regiões da Espanha, como foi o caso, por exemplo, da Andaluzia, enquanto, na Galícia, predominava a imigração de homens solteiros ou casados que intencionavam retornar à pátria. Por outro lado, a emigração feminina galega, aquela cujo objetivo era complementar a renda familiar baseada na agricultura de subsistência,

persistiu até começos do século XX, nas suas rotas dentro da Península Ibérica. Mesmo sem cruzar o Atlântico, essas mulheres deslocavam-se pelas regiões da península em busca de melhorias na renda familiar (Roel; Castela, 1992).⁴

Parece-nos essencial, para compreender a questão galega, tomar como ponto de partida de análise o universo das estratégias familiares migratórias, constituindo essas um elemento condicionante da emigração feminina. Tomando como base o texto de Karin Wall (1984), é possível identificar, com algumas variações segundo os destinos e as políticas migratórias vigentes, as principais estratégias de grupos domésticos:

- 1) O homem emigra sozinho, a mulher e os filhos (no caso de os ter) emigram passado um certo tempo. Entre as famílias que se juntam ao trabalhador migrante, predominam as famílias compostas só pela mulher ou pela mulher e um ou dois filhos. A maior parte fica no país de origem durante pelo menos um ou dois anos antes de emigrar. No caso do homem ser emigrante há alguns anos, quando casa esse intervalo pode não existir, pois o trabalhador migrante tem direito a levar a família;
- 2) O homem emigra sozinho, a mulher emigra passado um certo tempo sem os filhos que ficam no país de origem. Essa forma de emigração corresponde frequentemente a uma estratégia transitória dos primeiros anos de emigração, mas também a uma tática permanente para libertar a mulher do cuidado de crianças pequenas ou para permitir que os filhos continuem sua escolarização no país de origem;
- 3) O homem emigra sozinho, a mulher emigra passado algum tempo, permanece no país de imigração durante alguns anos, retorna acompanhada dos filhos, ficando o homem sozinho na emigração;
- 4) O homem emigra sozinho, a mulher fica no país de origem durante toda a estada do trabalhador emigrante no estrangeiro.

É preciso acrescentar que essas estratégias só têm sentido à luz das aspirações e das expectativas que as animam, isto é, do projeto migratório que as prepara. Para caracterizá-lo, convém distinguir duas componentes essenciais do projeto migratório: os objetivos da partida (o que se pretende realizar) e o tempo previsto para os realizar. Em termos gerais, é sabido que as aspirações do grupo doméstico rural se organizam em função do construir, melhorar ou comprar uma habitação própria, comprar terra e/ou alfaías, por de parte um pecúlio que permita maior segurança econômica ou algum investimento ou despesa elevada no futuro (Wall, 1984, p. 54).

No caso das nossas protagonistas, elas se enquadram no item 1 (Julia) e no item 4 (Albina). É comum abordar a emigração feminina como uma emigração de reagrupamento fa-

⁴ Antes de imigrarem para o continente americano, muitas mulheres, por exemplo, as naturais da província de Pontevedra, se dirigiram, em uma longa tradição de migração temporal, para Castela, Portugal e Andaluzia.

miliar, que se efetua por motivos essencialmente conjugais e afetivos. Daí a proposta de utilização do conceito de comunidades emocionais de Barbara H. Rosenwein, pois, segundo a autora, as emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade: “Elas não apenas são socialmente construídas e sustentam e reforçam sistemas culturais, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges a relações globais” (Rosenwein, 2011b, p. 37). O grupo doméstico como unidade onde se combinam estratégias múltiplas de reprodução econômica, social e biológica, reduz-se assim aos seus laços simbólicos e afetivos. O grupo doméstico camponês constitui uma unidade produtiva e reprodutiva, no qual a organização do trabalho se baseia na associação estreita das forças de trabalho masculina e feminina.

O projeto migratório das mulheres emigrantes rurais tem sempre objetivos econômicos concretos – constituição ou melhoramento do patrimônio material do grupo doméstico – e um projeto de estada que prevê um regresso próximo. A presença e o trabalho da mulher, o projeto migratório e o regresso do grupo doméstico constituem, assim, elementos indissociáveis (Wall, 1984, p. 56).

No momento de comprar terras, nas mudanças que se podiam realizar nos domínios agrícolas ou na casa familiar, as mulheres continuavam dependendo das remessas recebidas da emigração, e quando o dinheiro não chegava de algum país americano, as galegas viam-se obrigadas a hipotecar todos os seus bens para custear as dívidas. Estamos falando de uma sociedade baseada na pequena propriedade familiar, com suas limitações econômicas e reduzidas dimensões e da escassa defesa dos pequenos agricultores diante da instabilidade das colheitas e da falta de meios técnicos para trabalhar a terra.

As mulheres casadas que tinham seus cônjuges na emigração estavam desamparadas, desprovidas de meios econômicos e, muitas vezes, de consideração social. Acabaram sendo objetos de procedimentos abusivos por parte das justiças locais, assim como do embargo dos seus poucos bens, convertendo-se constantemente em vítimas de escândalo público. Era a legitimação de um modelo familiar que se consolidou entre duas terras: Galícia e América (Villares; Santiago, 1996; 2007).

Sendo assim, na Galícia, houve o que chamamos da presença de um “matriarcado forçado”, já que a mulher, na ausência do homem, teve que educar os filhos, cuidar das terras, solucionar os problemas administrativos, vender os produtos da agricultura doméstica, substituir o marido nas tarefas antes pertencentes à figura masculina. Utilizamos o termo “matriarcado forçado” porque, de certa forma, apesar de se ocupar de muitos problemas antes destinados aos chefes de família, a dependência da mulher em relação ao homem continuava, não só nas decisões importantes, como também na questão material.

Esse é o caso de Albina Costa Vieites. Analisaremos a “cartografia emocional”, pelas trocas de cartas entre Albina e seu marido, Francisco Mouro, a partir do arquivo familiar guar-

dado por sua neta, que preservou as memórias familiares em torno da emigração para o Rio de Janeiro.⁵ Conforme mencionado, Albina Costa Vieites nunca emigrou. Porém, ainda muito jovem, se casa com Francisco Mouro, um emigrante radicado no Rio de Janeiro, que desejava um casamento endogâmico, preferencialmente com mulheres de seu município de origem, Santa Comba, localizado na província de A Coruña. Contrair matrimônio com uma mulher do local significava preservar as propriedades na Galícia, manter os vínculos com a terra e a possibilidade de assegurar um retorno seguro na velhice.

A maioria dos emigrantes galegos no Rio de Janeiro (89%) estava casada com mulheres galegas que permaneciam, segundo os registros censais,⁶ nas suas aldeias de origem com os filhos ou uma parte da família (há muitos casos em que os filhos também emigraram). Foi uma emigração de varões solteiros, que se casavam à medida que voltavam às aldeias, depois de anos de trabalho no Rio de Janeiro. Quando os filhos atingiam uma idade considerável para o mercado de trabalho, também emigravam, seguindo a trajetória dos pais.

Albina Costa Vieites viveu a emigração por intermédio de seu esposo e de seu filho, que também partiu para o Rio de Janeiro, já na fase adulta. Dessa forma, passou longos momentos de espera para encontrar com seus entes queridos, e, apesar da distância, foi constantemente vigiada pelo marido ausente. A situação de Albina, mulher casada, mas sem o marido presente dentro de casa, torna-a uma espécie de ré sob os olhares condenatórios da sociedade galega, rural, católica e conservadora, uma espécie de autoexilada em sua própria aldeia. Para entender como as notícias chegavam até o marido, Francisco Mouro, no Rio de Janeiro, na década de 1950, é importante esclarecer que o concelho de Santa Comba é o município galego com maior emigração a essa cidade brasileira (Sarmiento, 2017). As redes de solidariedade, as chamadas cadeias migratórias, encarregavam-se de vigiar a conduta dessas mulheres que permaneciam nas suas aldeias de origem. Os mecanismos de controle funcionavam a partir das ações informais como as cartas, os retornos temporários, os vizinhos que informavam sobre a vida social e familiar daqueles parentes que permaneciam nas terras de origem (Sarmiento, 2017). O casal via-se por temporadas, quando Francisco visitava a família na Galícia. O comportamento dessa mulher passava pelo olhar vigilante de todos os vizinhos daquela localidade e as notícias atravessavam o Atlântico.

Os emigrantes e as suas famílias se mantinham em contato não só por meio de cartas, mas também por meio dos retornados e dos vizinhos já assentados no Rio de Janeiro. Cada vez que alguém viajava, as malas chegavam repletas de objetos e cartas que diminuía a

⁵ O arquivo familiar foi apresentado à autora em 2000. O acervo consistia de documentos notariais, fotos, a agenda de Francisco Mouro, e um conjunto de cartas da família, de vários membros. Entre as missivas encontravam-se correspondências trocadas entre Albina e seu marido Francisco Mouro.

⁶ Resultados retirados da pesquisa realizada nos livros de censo dos anos de 1904 a 1960. Arquivo Municipal de Santa Comba.

distância entre os dois países. As notícias corriam mais rápidas que o próprio correio. Tudo o que se passava entre os dois lados do oceano era conhecido por toda a vizinhança. Então, por meio das cadeias migratórias, composta pelos vizinhos do município de Santa Comba, é que Francisco Mouro recebia notícias da esposa Albina, informações nem sempre satisfatórias para ele. No ano de 1957, chega uma das cartas do marido para Albina, reprimando-a pelo seu comportamento, desconfiando de sua integridade como esposa e mãe. Francisco, o patriarca, impõe sua ordem à distância, desejando criar medo em sua esposa, instrumentalizando o medo como uma emoção útil (Aschmann, 2014, p. 67), a partir da esfera da educação, dos costumes no seio familiar, acompanhando as instituições políticas e religiosas da época: o fascismo espanhol e a Igreja católica, esta última um fundamental apoio ideológico do regime franquista.

Na carta que Albina escreve para seu esposo, ela expressa de forma clara seus problemas pessoais, defendendo-se das acusações dele, desconfiado, ao extremo, de sua conduta. Analisemos alguns trechos da carta:

Vilar 23 de abril de 1957

Sr. Francisco Mouro Castro en Rio

[...] y se Manolo vió la carta ni supo cuando te la mande que me salten los ojos de cara pero las cosas son como se toman pues me dices que no sabes si los hijos seran tuyos pues pones una mano en el corazon y meditas a tu conciencia que son cosas algo pesadas.⁷

Acusada de traição pelo marido, a missiva deixa à mostra as emoções de Albina, somadas ao inconformismo, consciente da injustiça pela qual estava passando. É possível perceber um tom desafiador nas palavras dela, que não se entrega à violência cometida pelo cônjuge ao desconfiar da sua paternidade.

[...] pero Dios nos perdone todo dices que soy de la casta de los derrochadores que nunca te ace um centimo es verdad que te gaste mucho dinero desgraciadamente con la salud pero con otros vicios no gracias a Dios pero acuerdate que tienes un poder mio y con el puedes recuperar todo lo que te gaste en el tiempo que sea que no pienso sacarlo en la vida.

Sin más te deseo muchas felicidades,

Albina Costa Vieites.⁸

⁷ Epistolário de Albina Mouro, Vilar de Céltigos, paróquia de Grixoa, Santa Comba.

⁸ Epistolário de Albina Mouro, Vilar de Céltigos, paróquia de Grixoa, Santa Comba.

A autoridade de Francisco Mouro, em teoria, não era contestada. Tudo girava em torno das suas decisões. As primeiras linhas da carta já demonstram um tratamento bastante formal, claramente perceptível no uso dos pronomes de tratamento, quando a esposa se dirige ao marido como “Senhor Francisco Mouro Castro en Rio”. Nas últimas linhas, a esposa de Francisco Mouro, em um intuito de defesa diante das acusações recebidas, lembra ao marido de que ele detém em suas mãos uma procuração com plenos poderes para retirar todos os seus bens. Havia muitas restrições e controle das emoções nos corpos femininos. Para evitar a temida “perda de controle do corpo social”, por causa de emoções consideradas “erradas”, se estabeleceram mecanismos de controle coletivo das emoções. Uma forma de exercer esse controle, em particular, é a criminalização de sensações individuais, ou seja, do desvio de doses supostamente “adequadas” de sentimento (Aschmann, 2014, p. 63).

Na carta, percebemos que, apesar da autoridade que Francisco Mouro deseja impor e demonstrar, mesmo a quilômetros de distância, Albina não se cala. Ela responde, se defende, como mãe de seus filhos, recriando-o por sua atitude cruel: “dices que no sabes si los hijos seran tuyos pues pones una mano en el corazon y meditas a tu conciencia que son cosas algo pesadas...”.⁹ Assim, Francisco Mouro joga com o que há de mais caro para a sociedade conservadora: a maternidade. A maternidade como instituição social (vigilante) que regula uma série de relações ligadas às mães e que costuma implicar formas de subordinação e/ou autoridade (Martínez, 2023, p. 234). Como mãe, defensora de sua prole e de sua dignidade como mulher, Albina defende-se e defende a paternidade de seus filhos a fim de preservar a sua honra.

Outra questão importante que a carta aponta acerca da violência e da imposição do patriarcado, é a questão econômica e a dependência da mulher. Francisco Mouro joga na cara de sua esposa que ela esbanja e gasta mal o seu dinheiro. Ela responde alegando que gastou sempre com questões de saúde e que se ele não compreender essa necessidade, que não se esqueça que possui uma procuração dela conferindo-lhe total poderes para fazer o que bem entender com o seu patrimônio. Dessa forma, Albina joga com as emoções do marido, da mesma forma que ele a chantageia e a acusa de infidelidade. Suas armas de defesa são seu patrimônio e a sua permanência na aldeia, cuidando da casa e dos bens que na velhice o marido irá usufruir. A realização do projeto emigratório supõe a participação ativa da mulher, sua força, sua responsabilidade em zelar pelo patrimônio.

Em 1957, depois de toda uma vida em terras brasileiras, Francisco Mouro decide regressar definitivamente para a Galícia e se reunir à esposa na velhice. O filho mais novo, então, emigrou, sendo encarregado de administrar os negócios no Rio de Janeiro. Dessa forma, Al-

⁹ Epistolário de Albina Mouro, Vilar de Céltigos, paróquia de Grixoa, Santa Comba.

bina Costa Vieites cumpriu sua missão de cuidar e manter as propriedades da família enquanto os varões permaneciam no além-mar.

Utilizamos do epistolário da família Mouro, uma fonte valiosa e rara para os pesquisadores, para compreender como as comunidades e os indivíduos constroem as representações de um mundo que é seu. Essas comunidades emocionais são socialmente construídas e reforçam sistemas culturais com base em critérios e condutas já estabelecidos pelo grupo. Dessa forma, o campo galego, a emigração eminentemente masculina, obriga as mulheres a tomarem conta da propriedade, enquanto os varões encontram-se no além-mar. Suas emoções são controladas pelas redes migratórias que vão e vêm.

As escritas privadas, incluindo as “escritas ordinárias”, têm como denominador uma variedade de textos, emergindo de atores sociais oriundos de classe baixa e/ou média-baixa, mas também das elites. Nesse contexto têm lugar os não profissionais da escrita, pessoas que entraram no mundo das letras por razões pessoais, familiares, afetivas, e, muitas vezes, devido aos problemas decorrentes do afastamento do lar, impulsionando a dinâmica da mobilidade, seja por vontade própria, seja derivada de contextos bélicos. Assim, nasciam as necessidades e as obrigações de criar e manter cadeias de papel entre quem desejava escorar relações comunicacionais e afetivas (Rodrigues; Português, 2013, p. 9).

Apesar de sua antiguidade, a escrita epistolar se difundiu com a ampliação das comunicações e a intensificação dos deslocamentos. A comunicação por carta tornou-se um fenômeno de massa, facilitado pelo desenvolvimento dos transportes em trens e navios nos finais do século XIX. Para enfrentar tal processo os e/imigrantes tiveram de exercitar a leitura/escritura. Assim, um amplo espectro textual passou a fazer parte desse universo. Entre vários outros escritos, circulava um conjunto de manuais e guias, opúsculos, folhetos, periódicos, revistas, indicações de viagem e das condições nos países de destino, e orientações sobre os trâmites burocráticos, como a obtenção de passaporte e autorizações (Caffarena, 2012, p. 21).

As experiências históricas dos deslocamentos ampliaram as distâncias entre pessoas, dilatando a sensação de ausência, suscitando sentimentos de saudade que geraram a necessidade de comunicação e os esforços de aproximação. Nesse contexto, a escrita de cartas se expandiu, incorporando os populares, o que configurou desafio para uma massa pouco letrada que, com grande esforço, procurava manter vínculos. Assim a prática epistolar se disseminou, democratizando a escritura e assumindo papel de destaque como elemento de estímulo à difusão e à consolidação da leitura/escritura entre os e/imigrantes, que foram levados a produzir documentos invocadores nesse processo (Truzzi; Matos, 2015, p. 258).

As missivas transformavam-se em cadeias de afeto e mantinham o reforço das ligações domésticas e familiares, construindo elos permanentes ao ritmo dos navios e das viagens de amigos e conhecidos que retornavam à Galícia. Vale ressaltar que as cartas dos e/imigran-

tes se caracterizam como testemunho precioso de fragmentos de diálogos entre dois mundos, porém, ainda são fontes pouco exploradas nos estudos dos deslocamentos. Segundo Matos, deve-se advertir que as missivas constituem um corpo documental irregular, apesar de serem dirigidas a um destinatário (com o qual se deseja estabelecer uma prática interativa), muitas vezes não se obtinham respostas, pois essas eram extraviadas ou então não foram preservadas (Matos, 2013, p. 43).

Os caminhos do abandono e da resistência no Rio de Janeiro: Julia Alonso Fernández

Julia Alonso Fernández, camponesa da aldeia de Bendollo, localizada no concelho de Quiroga (Lugo), emigrou para o Rio de Janeiro em 1952, levando a filha de 5 anos. A última imagem de seus pais, que permaneceu em sua memória, é a do progenitor dizendo que ela deveria estar onde o marido estivesse, que pertencia a ele depois de casada, enquanto a mãe desmaiava ao vê-la partir com a neta para terras desconhecidas. Ao entrevistá-la, percebemos, imediatamente, em sua fala acompanhada por lágrimas, o sentimento de saudade impregnando suas emoções, fazendo-a relembrar suas memórias de infância e juventude e do pouco tempo que conviveu com seus pais, arrancada de sua terra aos 22 anos para emigrar. Julia, ao narrar a ausência de seus pais, usa a palavra saudade, que evoca emoções naqueles que aprendem e vivem a língua portuguesa. Ela permaneceu no Brasil por mais de 30 anos sem nunca retornar à sua Galícia¹⁰ durante esse período.

Segundo Truzzi e Matos (2015, p. 265), considerar o sentimento de saudade é uma questão complexa e envolve debates iniciados pela origem do próprio termo saudade. Entretanto, a saudade, embora não seja um sentimento exclusivo do idioma português, sintetiza uma emoção que só pode ser plenamente experienciada por quem fala/domina esse idioma, estando, assim, marcada pela singularidade de uma experiência cultural de pertencimento à comunidade de língua portuguesa. Assim sendo, esse sentimento envolve experiências aprendidas e construídas histórica e culturalmente, que foram subjetivadas e reconhecidas (como perda, nostalgia, melancolia e dor), pressupondo consciência, expressões e valores compartilhados, evocados e sentidos por meio da palavra/categoria/sentimento que lhes dá a forma, processo que resulta em uma articulação plena de significados. Portanto, saudade foi um sentimento que sempre acompanhou Julia e que provocava nela lágrimas de emoção ao recordar seu passado, uma parte de sua vida não mais possível de recuperar, como o abraço dos seus entes queridos.

¹⁰ Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

Julia compreendeu que seu lugar era ao lado do marido, que emigrou primeiro para o Brasil e mandou, posteriormente, buscá-la e à sua filha. Chegando ao Rio de Janeiro, depois de peregrinarem por várias cidades, passaram a viver no interior do estado, local onde o marido montou uma carpintaria para garantir a sobrevivência da família. Os negócios foram mal, foi decretada a falência e a relação marital não funcionou. Alguns anos depois o marido desapareceu e Julia se encontrou sozinha com a filha em um país que não era o seu, sem nenhum familiar para ajudá-las:

Meu marido desapareceu e eu fiquei com a minha filha. Fui para o Rio de Janeiro, trabalhei em restaurantes, de cozinha, em hotel de uns portugueses, de camareira. No começo, quando não conseguia trabalho, queria ser repatriada e fui ao Consulado, mas não podia porque tinha que ter a autorização do meu marido e eu não sabia onde ele estava.¹¹

Sozinha, em condições econômicas precárias e com uma filha adolescente para sustentar, a emigrante, ao testemunhar sua trajetória no Rio de Janeiro, evoca o sofrimento social de viver em um centro urbano muito diferente do lugar de onde procedeu, uma aldeia localizada no meio das montanhas, isolada das cidades. Werlang e Mendes situam o sofrimento social como um sofrimento impregnado nas zonas de precariedade e nas zonas sociais de fragilidade, presente nos sentimentos de isolamento social e de perda de objetos sociais, como a saúde, o trabalho, os desejos, os sonhos, os vínculos sociais, o conjunto de composição concreta e subjetiva da vida. Além disso, é passível de alinhamento à depressão, ansiedade, culpa, humilhação e estresse (Werlang; Mendes, 2013). As dimensões impostas pelas condições econômicas da experiência migratória impactaram diretamente a vida de Julia e de sua filha, trazendo ilustrações do sofrimento como experiência social.

O termo “sofrimento” possui dois significados amplos no discurso do dia a dia. Em primeiro lugar, o sofrimento associa-se à dor relacionada ao corpo, bem como aos períodos de consciência de acompanhamento ou antecipação da dor. Já o segundo modelo de dor inclui estados descritos, sob vários modos, como psicológicos, existenciais ou espirituais, referenciados por “desespero” e “desolação”, tendo dimensões sociais ou morais. As experiências causam emoções intensas e, conseqüentemente, dor e doença (Young, 1997, p. 246).

Ao encontrar-se sem família e sem redes migratórias para apoiá-la, as amigas e redes de apoio de Julia estiveram vinculadas a brasileiros(as) dispostos(as) a ajudá-la, amenizando seu sofrimento e trazendo-lhe afetos. O apoio da comunidade espanhola provinha das redes de hotéis e motéis pertencentes a galegos, locais aos quais Julia costumava se dirigir

¹¹ Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

e pedir emprego, bem como do consulado espanhol no Rio de Janeiro. A explicação para Julia não ser amparada por amizades galegas, especialmente mulheres, é o fato de a emigrante ser uma mulher casada e, ao mesmo tempo, sem marido, desconhecendo o seu paradeiro, estigmatizada, portanto, pela sua situação. Outra questão que deve ser salientada é a região de onde provém. A província de Lugo, das quatro províncias galegas, é a que menos contribuiu com fluxo migratório para o Rio de Janeiro. Segundo a emigrante, não havia patrícios da sua região estabelecidos no Rio de Janeiro, não havia conhecidos, vizinhos ou familiares, ninguém a quem recorrer, por isso, as suas relações foram sendo construídas a partir de suas vivências no Brasil (Sarmiento, 2017), fugindo à regra das cadeias migratórias, vivenciadas pelos galegos de Santa Comba, como foi o caso de Albina e sua família.

A imigrante trabalhou, essencialmente, como camareira e empregada doméstica. Ao fazer amizade com um brasileiro que era proprietário de uma pensão bem humilde na cidade de Niterói (Rio de Janeiro), pediu ao amigo que a filha residisse ali, de forma gratuita, enquanto ela ganhava a vida como doméstica: “Eu não podia pagar as duas pensões. Graças a meus amigos brasileiros, minha filha ficou numa pensão familiar até que se casasse. Desejava o melhor para minha filha, mas eu não podia dar outra coisa”.¹² Dessa forma, buscava a sobrevivência ao mesmo tempo que tecia relações de afeto majoritariamente com nacionais e pessoas de classes menos favorecidas. O dono da pensão era um homem negro e homossexual, marginalizado também, assim como Julia, por uma sociedade patriarcal e machista. Essas foram as pessoas que não negaram apoio a Julia, que se ressignificou na sociedade carioca como imigrante e mulher abandonada pelo marido.¹³

Julia Alonso Fernández começou a trabalhar fora de casa após o abandono do marido, pois, dificilmente, depois de casadas, os maridos deixavam as imigrantes exercerem uma profissão. Toda atividade remunerada, que contribuísse para a renda familiar, realizava-se no próprio âmbito doméstico.

Segundo Vázquez, a tradicional divisão sexual e a demanda do mercado de trabalho dos países receptores de imigração galega privilegiaram a mobilidade da mão de obra masculina. Tudo isso, unido a outras questões, como o serviço militar obrigatório para os jovens varões, a divisão familiar da pequena propriedade e os obstáculos legais para a emigração feminina discriminaram a mulher, limitando a sua participação no fluxo migratório galego-americano.

[...] la estructura por sexos de la demanda laboral de los países a los que se dirigieron los gallegos y la tradicional y general división sexual del trabajo privilegió la movilidad de la mano de obra masculina. Esto unido a la obligatoriedad del servicio militar

¹² Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

¹³ Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

para los varones jóvenes, a la generalizada vinculación a la tierra que conlleva el estatus de tenencia o propiedad de pequeñas explotaciones agrícolas familiares y a las mayores trabas legales existentes en España respecto, entre otras actividades, a la emigración femenina, discriminaron a la mujer limitando su participación en el flujo migratorio gallego-americano (Vázquez, 1999, p. 165).

O papel da mulher na emigração está presente nas tarefas domésticas, não só aquelas restritas ao âmbito do seu espaço familiar, mas também nos lugares em que trabalhava como empregada, lavadeira ou arrumadeira. Ao lado dos maridos ou de parentes, muitas delas não só administraram o lar, como contribuíram ativamente nos negócios familiares. Elas faziam parte da imigração de uma forma quase silenciosa, acompanhando um período histórico no qual a figura masculina era a que prevalecia e se destacava no mercado de trabalho.

A história da emigração feminina, como a de Julia, só se conhece por meio das entrevistas. Narrando suas vidas, essas mulheres nos dão a possibilidade de conhecer um lado ainda bastante silencioso do processo. A participação das mulheres cada vez é mais evidente, mas, ao não atuarem diretamente no mercado de trabalho, ao estarem em um mercado informal, raramente as encontramos em fontes documentais. As que trabalhavam no setor doméstico, como empregadas, camareiras ou arrumadeiras de hotel, nas décadas de 1950 ou 1960, não estavam registradas oficialmente em seus empregos, encontrando-se, dessa forma, invisíveis para as estatísticas.

Seguindo Bordieu, a violência simbólica opera de forma suave e invisível, entre outros fatores porque está inscrita nas profundezas dos corpos e, como por arte da magia, encontra-se fora de qualquer coerção física (Bourdieu, 2000, p. 54). Muitas vezes, ela virá a ser expressa em emoções corporais, tais como vergonha, humilhação, timidez, ansiedade ou culpa; mas também em paixões e sentimentos, que aparecem no rubor, confusão verbal, falta de jeito, tremor, raiva ou raiva impotente, todos esses sentimentos com efeitos claros sobre o próprio corpo e seu funcionamento. O princípio dominante da visão não é uma simples representação mental, um fantasma (“algumas idéias na cabeça”), uma “ideologia”, mas um sistema de estruturas inscritas de forma estável nas coisas e nos corpos. Portanto, a violação da intimidade, a violência perpetrada no corpo dessas mulheres, o abuso sofrido por quem deveria protegê-las revela que o papel masculino está permanentemente exposto à demonstração de virilidade e medo, enquanto o papel feminino é a existência para o olhar dos outros, particularmente dos homens. A força da ordem masculina é descoberta no fato de que ela dispensa qualquer justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não sente a necessidade de se enunciar em discursos capazes de legitimá-la (Bourdieu, 2000, p. 22).

Na Galícia e no Brasil, as mulheres estavam constantemente sob o olhar condenável dos seus tutores. Vivendo em sociedades patriarcais, machistas, as mulheres emigrantes ou de

famílias com membros masculinos emigrados encontravam-se duplamente vulneráveis. No primeiro caso, porque estavam sozinhas na Galícia, caso da nossa primeira protagonista, Albina Vieites, e no segundo, porque encontravam-se fora do seu país, em uma sociedade estranha, como Julia.

Mulheres brancas, pobres e emigrantes também se encontravam sob o jugo da sociedade, do universo masculino que as controlava. Dessa forma, compreendemos a emigração feminina espanhola desse contexto do pós-guerra, a partir da ideia de subalternidade migratória, mesmo que essas migrações partissem da Europa para a América Latina. Entendemos que eram controladas por sociedades patriarcais, marcadas pela violência da dominação e que, em decorrência disso, viveram um silêncio estrutural, dentro da proposta do capitalismo ocidental, que coloca a figura masculina como o centro. O sujeito subalterno tem voz e fala, mas não é escutado, é silenciado, como foram essas mulheres ao longo de suas experiências migratórias. Entretanto, esse sujeito sem voz, marginalizado, só o é aparentemente, pois se faz escutar, habitando e construindo novos espaços de identidade e de resistência, nos quais recupera sua voz, conhecimentos e práticas. O desafio se encontra na maneira de escutá-las e de dialogar com elas e nas formas de incorporação de suas vozes, relatos, conhecimento e experiências à reescritura da história e à sua reivindicação epistêmica (Díaz, 2022, p. 75). Elas possuem uma lógica própria e interna frente ao sistema hegemônico que trata de submetê-las: os sujeitos oprimidos falam, atuam e conhecem por si mesmos, além da representação retórica que os aborda (Spivak, 2003). Por isso, é importante deixar essas mulheres falarem e tomarem as rédeas de sua história como forma de romper com o discurso predominante.

No caso de Julia, a ausência do marido fez com que ela, de certa forma, vivesse livre de amarras, obrigando-a a se reinventar para driblar o cotidiano de uma grande cidade. O sofrimento causado pela distância de casa, a saudade dos pais e da família, e a falta de recursos levaram-na a buscar novos caminhos, passando por situações de humilhação e dor, mas também de conquistas. Segundo a emigrante:

O Brasil é um país jovem, que dá oportunidades às pessoas. Eu lutei muito, mas consegui ter a minha casa e deixar algo para minha filha. Não pude ajudá-la nos estudos, mas graças ao esforço dela terminou o curso de magistério. Depois se casou com um brasileiro e teve uma vida melhor. Conseguiram dar carreira para os meus três netos. Vivi os melhores anos da minha juventude no Rio de Janeiro. Só tinha 23 anos quando saí da Galícia.¹⁴

¹⁴ Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

Suas ações, de jovem mãe e mulher emigrante sem a presença do cônjuge, se transformaram em práticas contra-hegemônicas, rompendo as normas de conduta exigidas pela sociedade: “Eu ia para o samba, ia ao cinema, me divertia. Era uma mulher moderna, ninguém mandava em mim”.¹⁵ Alguns anos depois, ela conheceu um brasileiro e resolveu morar junto com o novo companheiro, apesar de nunca haver se divorciado do marido. Mais uma ruptura dessa galega, superando as convenções sociais.

Considerações finais

Cada vez mais as migrações têm sido observadas com base na participação das mulheres – um fenômeno chamado de feminização da migração internacional. As mulheres costumavam ter um lugar marginal no acompanhamento do marido trabalhador migrante, permanecendo associadas aos papéis sócio-históricos e patriarcais de esposa, mãe e cuidadora.

A relação entre migração e gênero também se tornou um objeto de estudo científico na última década, especialmente no campo das ciências sociais e humanas, com ênfase no papel desempenhado por pesquisadores e estudos do sexo feminino sob a perspectiva de gênero. Dessa forma, Carmen Gregorio Gil argumenta que a articulação das categorias de gênero, classe e etnia na análise da imigração feminina será cada vez mais central. Do ponto de vista dessa especialista, a denúncia das relações de poder que produzem as diferenciações – gênero, classe, estrangeirismo, etnia, raça, sexualidade – que nos levam a construir a categoria “mulher(es) imigrante(s)”, não deveria necessariamente nos levar a atribuir passividade àqueles que estão nessa posição de subalternidade e, muito menos, nos colocar em uma relação (ma)paternalista com eles (Gregorio Gil, 2012, p. 579).

Para Gregorio Gil (2012), é importante observar as práticas cotidianas das mulheres imigrantes, entendidas como práticas políticas, seja por seu poder de questionar as representações hegemônicas da própria categoria da mulher imigrante, seja por sua capacidade de agência e auto-organização de e contra as posições de subalternidade em que se encontram, contribuindo assim para a necessária redefinição do conceito de cidadania (Gregorio Gil; Arribas Lozano, 2008).

Foi sob esse prisma que comparamos os casos de Albina Costa Vieites e Julia Alonso Fernández, entendendo os processos migratórios por meio de suas emoções, bem como apresentando suas práticas cotidianas e suas formas de resistência. As experiências migratórias, indiretas ou diretas, ressignificaram essas mulheres, que representam e simbolizam tantas outras que foram obrigadas a superar as fronteiras existenciais, morais e materiais

¹⁵ Entrevista realizada em outubro de 2010 a Julia Alonso Fernández, em Cabo Frio, Rio de Janeiro.

que supunha viver longe de casa, em terras desconhecidas; ou longe de seus entes queridos, na aldeia de origem, resistindo à vigilância moral e à ausência do marido e do filho, e, ao mesmo tempo, cuidando do patrimônio familiar.

A perseverança e a resiliência imiscuídas nos embates sofridos por serem mulheres em sociedades patriarcais, elevam as duas protagonistas a um cenário de práticas contra-hegemônicas, de luta constante contra a submissão que lhes é imposta, para não serem julgadas e condenadas pela sua própria comunidade. Albina se defende em suas cartas e combate a rigidez moral das cadeias migratórias e as acusações de seu próprio marido. Julia, por sua vez, encontra sua rede de afetos no Brasil, ao ser abandonada pelo cônjuge, e reescreve sua trajetória junto a um companheiro brasileiro, desafiando a moral do seu tempo. O patriarcado consiste em um fenômeno de época, claro está, que independe das migrações e da nacionalidade ou do lugar de origem das protagonistas desse estudo, mas as migrações sim afetaram e mudaram suas vidas e percepções de mundo. Elas tiveram que se habituar a um novo *modus vivendi e operandi* – o caso de Julia, de forma mais radical, saindo da Galícia, e caso de Albina, casando-se com um rico emigrante e se adaptando às ausências do marido e, posteriormente, do filho. Ou seja: reinventar-se, resistir, silenciar, porque, mesmo com as mudanças *trazidas* pelos fluxos migratórios, certas continuidades e permanências prevalecem, como o papel da mulher, as suas funções, a estrita vigilância social à sua conduta, a sua solidão sem a figura do marido etc.

Apesar de uma ser emigrante e a outra permanecer na Galícia, ambas se encontravam submersas em grupos sociais nos quais os indivíduos são movidos por interesses, valores e estilos emocionais comuns ou similares, ou seja, inseridas em comunidades emocionais. As emoções são o resultado de valores e julgamentos dentro de uma comunidade e podem, portanto, mudar de uma comunidade para outra, dependendo das características sociais e culturais da comunidade (Rosenwein, 2011a, p. 55-75).

Referências

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. As raízes da violência na sociedade patriarcal. *Sociedade e Estado*. v. 19, n. 1, p. 235-243, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5080>. Acesso em: 14 maio 2024.

ASCHMANN, Birgit. La razón del sentimiento: modernidad, emociones e historia contemporánea. *Cuadernos de Historia Contemporánea*. v. 36, p. 57-71, 2014. Disponível em: <https://antares.iztacala.unam.mx/renisce/?tag=cuadernos-de-historia-contemporanea>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BERNABÉU ALBERT, Salvador; LANGUE, Frédéric. *Fronteras y sensibilidades en las Américas*. Aranjuez: Doce Calles, 2011. (Colección Actas)

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2000.

CAFFARENA, Fabio. Introducción. In: MARTÍN, Laura M. (ed.). *Escrituras migrantes: una mirada italo-española*. Genova: Franco Angeli, 2012.

CARRERO, Emilio Redondo. *Las migraciones transoceánicas en la posguerra mundial: España, Argentina y el*

Cime (1946-1962). Madrid: Universidad de Castilla-La Mancha, 2016.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *Histoire des émotions*, v. 3: *de la fin du XIX^e siècle à nos jours*. Paris: Le Seuil, 2017.

DELUERMOZ, Quentin; FUREIX, Emmanuel; MAZUREL, Hervé; OUALDI, M'hamed. Écrire l'histoire des émotions: de l'objet à la catégorie d'analyse. *Revue d'Histoire du XIX^e Siècle*, [en ligne], n. 47, déc. 2013.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

DIAS, Cláudia; CRUZ, José Fernando; FONSECA, Antônio Manoel. Emoções: passado, presente e futuro. *Psicologia*, v. XXII, n. 2, p. 11-31, 2008. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/344>. Acesso em: 3 jul. 2024.

DÍAZ, Sergio Prieto. *Cartografías de la subalternidad migratoria: bestialización, inhumanidad y contrahegemonía en la frontera - México*. Quintana Roo: El Colegio de la Frontera Sur, 2022.

GIMÉNEZ, Esther Gambi. *La emigración castellano-leonesa a Brasil (1946-1962)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.

GREGORIO GIL, Carmen. Tensiones conceptuales en la relación entre género y migraciones: reflexiones desde la etnografía y la crítica feminista. *Papers: Revista de Sociologia*, v. 97, n. 3, p. 569-590, 2012. Disponível em: <https://produccioncientifica.ugr.es/documentos/618f57209ff8c939aacc077>. Acesso em: 23 jun. 2024.

GREGORIO GIL, Carmen; ARRIBAS LOZANO, Alberto. En los márgenes de las cartografías del poder: análisis de discursos y prácticas de asociacionismo y participación derivadas del hecho migratorio español. In: SUÁREZ NAVA, Liliana; MARTÍN DÍAZ, Emma; HERNÁNDEZ CASTILLO, Rosalva Aída (ed.). *Feminismos en la antropología: nuevas propuestas críticas*. Donostia: Ankulegi, 2008. p. 259-274.

ILLOUZ, Eva. *Les sentiments du capitalisme*. Paris: Seuil; Éditions Sciences Humaines, 2006.

KAUFMANN, Laurence; QUÉRÉ, Louis (ed.). *Les émotions collectives: en quête d'un "objet" impossible*. Paris:

Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2020.

MARTÍNEZ, Bárbara Ortuño. Maternidad exiliadas: entre el compromiso y la vida cotidiana. In: SECO, Mónica Moreno (coord.). *Desafiar los límites: mujeres y compromiso entre lo público y lo privado en el siglo XX*. Granada: Comares, 2023. p. 234-256.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Escritas e mobilidades. Possibilidades de pesquisa e perspectivas didáticas (Portugal e Brasil). In: RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto (eds.). *Escritas privadas da mobilidade e da guerra*. Viana do Castelo: Fundação Caixa Agrícola do Nordeste, 2013. p. 39-58.

ORTIZ, Roxana. Epistemología de la frontera: los límites del otro. *Revista do Centro de Educação e Letras*, v. 13, n. 1, p. 11-28, 1^o sem. 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5610>. Acesso em: 30 jun. 2024.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 14 jun. 2024.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 69, p. 73-93, 2004. Disponível em: <https://scholarship.miami.edu/esploro/outputs/journalArticle/Converg%C3%Aancia-te%C3%B3ricas-e-dados-emp%C3%ADricos-no/991031716702702976>. Acesso em: 6 out. 2024.

RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto. Prólogo. In: RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto (ed.). *Escritas privadas da mobilidade e da guerra*. Viana do Castelo: Fundação Caixa Agrícola do Nordeste, 2013. p. 9-16.

ROEL, Eiras; CASTELAO, Ofélia Rey. *Los gallegos y América*. Madrid: Mafre, 1992.

ROSENWEIN, Barbara H. Les communautés émotionnelles et le corps. *Médiévales: Langues, Textes, Histoire*, n. 61, p. 55-75, 2011a. Disponível em: <https://journals.openedition.org/medievales/6278>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ROSENWEIN, Barbara H. *História das emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2011b.

SARMIENTO, Érica. *Galegos nos trópicos: invisibilidade e presença da imigração galega no Rio de Janeiro (1880-1930)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Puede hablar el subalterno? *Revista Colombiana de Antropología*. n. 39, p. 297-364, jan.-dez. 2003. Disponível em: [/efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/1050/105018181010.pdf](https://www.redalyc.org/pdf/1050/105018181010.pdf). Acesso em: 3 fev. 2024.

TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda. Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses. *Revista Brasileira de História*. v. 35, n. 70, p. 257-277, 2015. Disponível em: [efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbh/a/Bpzb9Q9ByhTV7TYB4YnvXQb/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbh/a/Bpzb9Q9ByhTV7TYB4YnvXQb/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 6 jun. 2024.

VÁZQUEZ, Alejandro González. *La emigración galega a América, 1830-1930*. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela, 1999.

VILLARES, Ramón; SANTIAGO, Marcelino Fernández. *Historia da emigración galega a América*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1996.

VILLARES, Ramón; SANTIAGO, Marcelino Fernández. La experiencia argentina de las mujeres gallegas. In: GONZALO FARÍAS, Ruy (ed.). *Buenos Aires gallega: inmigración, pasado y presente*. Buenos Aires: Comisión para la Preservación del Patrimonio Histórico Cultural de la Ciudad de Buenos Aires, 2007. p.155-166.

WALL, Karin. Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e econômica das mulheres no processo migratório. *Ler História*. n. 3, p. 53-63, 1984.

WERLANG, Rosângela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Sofrimento social. *Serviço Social & Sociedade* (São Paulo). n. 116, p. 743-768, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147008?locale=attributede-es>. Acesso em: 30 jul. 2024.

YOUNG, Allan. *The harmony of illusions: inventing Post-Traumatic Stress Disorder*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

Agradecimentos às avaliadoras Ana Rita Fonteles Duarte e Georgina Silva dos Santos (editora) por seus pareceres para este artigo. Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do texto. Editores responsáveis: Georgina Silva dos Santos (<https://orcid.org/0000-0002-3946-8685>), Rodrigo Bentes Monteiro (<https://orcid.org/0000-0002-6499-9912>) e Samantha Viz Quadrato (<https://orcid.org/0000-0003-1547-1000>).